



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Discurso

Interpelação Parlamentar ao Governo Regional – Os maus resultados obtidos pelo sistema educativo regional no âmbito dos exames nacionais

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Grande parte dos jornais açorianos destacou, nas suas manchetes, os maus resultados obtidos pelas escolas açorianas no âmbito dos exames nacionais. Por exemplo, o Açoriano Oriental chamou, na edição de 30 de novembro, o assunto para a primeira página com o seguinte título: “notas dos exames nacionais arrasam escolas dos Açores”.

No desenvolvimento da notícia, o mesmo jornal refere o seguinte: “os Açores registaram os piores resultados médios do país nas provas finais dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade”. As restantes publicações açorianas alinharam pela mesma linha de análise e revelaram o mesmo tipo de preocupações.

Optei por citar a comunicação social açoriana no sentido de não ser aqui acusado de ser o mensageiro do caos e da desgraça. Todos os que analisam, ano após ano, os resultados obtidos pelo sistema educativo açoriano, no âmbito dos exames nacionais, ficam absolutamente chocados com a dimensão e a persistência do nosso fracasso.

Ao longo de todos estes anos tenho assistido, a partir deste mesmo lugar de onde vos falo, a sucessivas promessas de resolução do nosso atraso nesta matéria. Nenhuma delas se concretizou.

Se existia algum tipo de expectativa a este respeito, os desastrosos resultados obtidos nos exames do 4.º ano revelaram que não foram alcançados, no curto prazo, quaisquer progressos.

Pelo contrário, a distância relativa em relação aos resultados alcançados pelas outras unidades territoriais do país continua, infelizmente,



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

muito significativa. É como começar uma corrida partindo com um atraso de trinta metros em relação à linha de partida dos outros atletas. É esse o handicap com que são confrontados os alunos açorianos que transitaram para os segundo e terceiro ciclos.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O atual Secretário da Educação definiu - ainda na idade da inocência política - as políticas dos seus antecessores como não mais que pensos rápidos. A análise está correta. Nenhum dos seus 3 imediatos antecessores conseguiu permanecer no lugar mais de dois anos. Todos foram afastados devido à enorme dimensão do problema que herdaram do longo consulado de Álamo Meneses, que este logrou manter camuflado através de uma espécie de Muro de Berlim educativo, que impedia a participação do sistema educativo açoriano em estudos comparativos.

Assim que os mesmos se começaram a realizar, foi possível observar o enorme atraso acumulado em relação ao resto do país. Note-se que, nos exames do ensino secundário, a situação estava estatisticamente algo disfarçada devido ao baixo nível de frequência do ensino secundário nos Açores em relação ao resto do país.

Em 2014, por exemplo, o número de exames realizados pelos alunos madeirenses no ensino secundário superou em cerca de 30% o número de exames realizados pelos alunos açorianos, sendo que a população madeirense supera em apenas 6% a açoriana. Estes números indiciam claramente que uma parte muito significativa dos alunos açorianos não ingressam ou concluem o ensino secundário.

Se comparo com a Região Autónoma da Madeira é porque esse era, até há bem pouco tempo, o único troféu exibido pela Secretaria da Educação dos Açores quando se analisavam os resultados dos exames nacionais. Reagindo aos péssimos resultados verificados em 2010, a Secretaria Regional de Educação publicou uma nota informativa com o seguinte título: **"Açores com valores superiores à Madeira nos rankings das escolas"**



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

em 2010”. No essencial, essa comunicação, e muitas outras que a antecederam, limitava-se a reconhecer que os nossos resultados eram efetivamente maus, mas que os madeirenses ainda conseguiam ser piores. Agora, 4 anos depois, nem isso é possível afirmar.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Os exames nacionais e o insucesso educativo não constituem uma temática de abordagem fácil e em que se possam ostentar verdades absolutas e conclusões irrefutáveis. Este é, evidentemente, um tema complexo. Em primeiro lugar, há mais vida para além dos rankings. Não se defende aqui que os exames e provas internacionais como os testes PISA permitem uma radiografia perfeita do nosso sistema educativo.

As escolas não transmitem apenas aprendizagens ao nível da língua portuguesa e da matemática no ensino básico. A realidade é muito mais complexa e rica. As escolas transmitem outros conhecimentos disciplinares e outras aprendizagens e valores em áreas como a cidadania, a ecologia ou a solidariedade comunitária.

Os exames nacionais constituem, no entanto, um instrumento importante de análise e avaliação, na medida em que possuem um carácter nacional e permitem, por via dessa condição, contextualizar as aprendizagens e os resultados alcançados.

Na Finlândia, por exemplo, o governo realizou um conselho de ministros extraordinário para analisar as causas da descida relativa do país nos últimos testes PISA realizados.

Uma outra questão, de carácter igualmente complexo, reside na conceptualização de um programa de ação que consiga obter, a curto e médio prazo, resultados e melhorias significativas.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Existem, no que diz respeito a esta questão, várias respostas possíveis. Existe quem pense que o melhor é, pura e simplesmente, ignorar os resultados dos exames. São os anarquistas cá do burgo.

A outra escola da inoperância é constituída por todos aqueles que pensam que a culpa é, basicamente, dos nossos avôs analfabetos. Somos descendentes de uma estirpe de analfabetos seculares e por isso vamos ter de esperar algumas centenas de anos para ultrapassar o nosso pecado original.

Nada mais falso. Alguns dos países em vias de desenvolvimento, que estão a esmagar os países europeus no âmbito dos Testes PISA, caracterizavam-se, até há bem poucas décadas, por possuírem altíssimas taxas de analfabetismo. Essas comunidades não precisaram de séculos para ultrapassar anteriores constrangimentos. Lograram superar o peso do passado.

No final desta legislatura, os socialistas somarão quase tanto tempo no poder como o agregado dos mandatos dos presidentes Lincoln, Kennedy, Nixon e Obama. Se existe coisa que um governo de vinte anos não pode pedir é tempo. Nenhum governo da Europa democrática dispôs alguma vez de tanto tempo.

Outros consideram que o sucesso educativo está estreitamente ligado ao contexto socioeconómico da região educativa. Como a sociedade açoriana é, em geral, pobre, os nossos resultados escolares espelham essa realidade económica e social tão dramática. A resolução da questão do insucesso escolar estará assim unicamente dependente da evolução económica e social da população. A escola não tem, para quem assim pensa, capacidade para superar os constrangimentos económicos.

Finalmente, existe quem pense – e eu incluo-me neste grupo – que a escola pode ser o motor da mudança, do crescimento económico e da justiça social. O problema de quem faz esta abordagem nos Açores reside na identificação da causa do nosso atraso. Reconheço que o quadro docente tem vindo a ser estabilizado. Reconheço, também, a realização de um investimento público importante na área da educação, nomeadamente nas infraestruturas. Sendo assim, o que está a correr mal?

Na minha perspetiva, o que está a condicionar os resultados é, inegavelmente, a difícil situação económica das famílias açorianas. É difícil



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

para os alunos que se inserem em agregados familiares muito vulnerabilizados pelo desemprego e pela miséria obterem bons resultados escolares.

É difícil, mas não é impossível. É necessário melhorar as respostas do sistema educativo, nomeadamente através da melhoria do apoio económico aos alunos, de um grande esforço de mobilização das famílias para a missão do sucesso educativo da sua comunidade, do aproveitamento dos equipamentos culturais e desportivos aos dispor das comunidades educativas (bibliotecas, museus, instalações desportivas, etc.) e da reorganização do sistema educativo, em especial na mobilização e melhoria dos nossos recursos docentes.

Não são necessárias grandes alterações legislativas. A limitação dos mandatos dos conselhos executivos provocará a mudança e a inovação nas nossas escolas, algo que eu defendi repetidamente. É necessário introduzir fatores de mobilização e afirmação identitária nas nossas escolas, algo de que eu não desisto.

É necessário recentrar o docente, de forma quase exclusiva, no processo de ensino-aprendizagem na sala de aula, algo que exige o desmantelamento da burocracia criada por 18 anos de experimentalismo socialista. É necessário dignificar a carreira docente e racionalizar o respetivo processo de avaliação. É necessário apostar forte na formação docente.

É necessário repensar a rede e funcionamento do pré-escolar nos Açores. Veja-se, a este respeito, os extraordinários resultados alcançados nos últimos anos na Região Autónoma da Madeira. Apostaram forte na disponibilização de enormes recursos docentes para garantir o funcionamento do pré-escolar durante todo o período laboral e os resultados estão à vista de todos no que diz respeito às classificações obtidas na prova final de ciclo do 4.º ano. É necessário melhorar, e muito, na organização do primeiro ciclo, nomeadamente na multiplicação dos recursos docentes.

Meus senhores! O que falta ao sistema educativo açoriano não é uma revolução legislativa – essa era realmente necessária nos programas e na reestruturação dos grupos de docência, mas esse patamar de intervenção não é o nosso.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

O que falta é ambição e sentido de missão. É necessário assumir metas e correr riscos. É necessário liderança. Uma liderança que mobilize os professores, as famílias e os alunos. Uma liderança de que estejam banidas as desculpas e os queixumes.

Em síntese, temos um problema grave para resolver e muita urgência em executar políticas realmente eficazes no combate ao baixo sucesso do nosso sistema educativo. Para já, o Secretário da Educação fala na realização de novos estudos e na promoção do diálogo e do consenso na área da educação.

Neste contexto, não resisto a citar a maravilhosa retórica do deputado Francisco Coelho: **“e se a capacidade de ouvir e modelar percursos e timings denota humildade e flexibilidade tática, que triste e atrevido seria um político que se apresentasse na ágora sem rumo e sem objetivo, e demagógicamente perguntasse: gostava muito de vos conduzir e deter o cetro condizente; mas não sei onde levar-vos, queiram ter a bondade de me dizer...”**

Eu penso, Sr. Secretário, que V. Ex.^a se encontra nesta triste situação. É por isso que me senti tentado a dar-lhe mais uma oportunidade para explicar a este Parlamento como é que pretende sair deste pântano em que estamos atolados e que objetivos quantificados assume nesta matéria.

Tenha a bondade de nos dizer.

Disse!

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão